

PANORAMA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Daiane Toigo Trentin

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - RS

RESUMO

O presente resumo propõe-se a delinear um panorama da Curricularização da Extensão nos seis Institutos Federais localizados na região Sul do Brasil. Esta investigação caracteriza-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa exploratória, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa documental. O corpus documental analisado compreende documentos oficiais, regulamentações internas, relatórios institucionais e dados estatísticos de acesso público na internet. O mapeamento da Curricularização da Extensão nestes Institutos revela que a maioria das instituições demonstra estágio avançado de implementação, evidenciando compromisso institucional com a integração da Extensão aos currículos. As disparidades existentes, contudo, indicam diferentes ritmos e abordagens na implementação deste processo. Desta forma, pode-se afirmar que a Curricularização da Extensão nestes Institutos representa um processo em construção, cuja consolidação demanda compromisso contínuo com a valorização da Extensão como dimensão formativa essencial, desenvolvimento de estratégias para superar obstáculos e promoção de cultura institucional que reconheça seu potencial transformador.

Palavras-chave: Curricularização. Extensão. Protagonismo Discente.

1 INTRODUÇÃO

A Curricularização da Extensão, instituída pela Resolução CNE/CES n.º 07/2018, determina que os cursos de graduação incorporem um mínimo de 10% de sua carga horária em atividades extensionistas a partir de 2023, em conformidade com a Estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Tal normativa busca consolidar a integração indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão, fomentando uma formação acadêmica articulada às necessidades sociais e comunitárias. Contudo, as Instituições de Ensino Superior (IES) enfrentam múltiplos obstáculos na implementação desta política, destacando-se a necessidade de reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e a transformação das metodologias pedagógicas vigentes. Diante deste cenário, torna-se fundamental analisar criticamente os progressos e limitações deste processo, bem como compreender sua operacionalização constituindo-se como procedimento essencial para o aprimoramento desta política educacional.

2 OBJETIVO

Inserido neste contexto, o presente resumo, componente de tese de doutorado estruturada em formato *multipaper*, propõe-se a delinear um panorama sintético da Curricularização da Extensão nos seis Institutos

Federais localizados na região Sul do Brasil (IFRS, IFFAR, IFSUL, IFSC, IFC e IFPR) apresentando algumas das características que compõem este cenário nestas instituições atualmente.

3 METODOLOGIA

Esta investigação caracteriza-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa exploratória, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa documental (Rodrigues e Neubert, 2023). O corpus documental analisado compreende documentos oficiais, regulamentações internas, relatórios institucionais e dados estatísticos de acesso público na internet.

4 DESENVOLVIMENTO

Segundo o Censo da Extensão de 2022¹, no referido ano foram cadastradas ao todo 113.871 ações de Extensão nos IFs da região sul alcançando um público externo estimado de 137.863.443 pessoas (Forproex, 2023). Relativamente à implementação da curricularização da extensão, quatro institutos (IFC, IFPR, IFFAR e IFSUL) afirmam ter entre 91% e 100% de seus PPCs curricularizados, o IFSC apresenta percentual entre 71% e 80%, enquanto o IFRS encontra-se em estágio inicial, com até 10% de seus PPCs curricularizados. Os principais fatores identificados neste mapeamento como obstáculos à inserção curricular da extensão são: a operacionalização da Extensão nos PPCs, os ajustes necessários nos sistemas acadêmicos e a dificuldade na compreensão do conceito de Extensão (Forproex, 2023).

Quanto à forma de regulamentação adotada, as instituições apresentam diferentes metodologias: o IFPR utiliza o instrumento da Instrução Normativa; o IFRS e o IFSUL empregam juntamente com a Instrução Normativa a publicação de Resolução aprovada por seu Conselho Superior; o IFSC e o IFFAR adotam somente a Resolução; o IFC utiliza Resolução e a publicação de uma Nota Técnica com orientações práticas. Neste contexto de diversidade, o quadro abaixo busca sintetizar as principais características deste processo em cada um dos seis IFs selecionados:

Quadro 1: Principais características da Curricularização da Extensão.

IF	Início da Regulamentação	Creditação	Registro na Extensão	Edital específico	Inserção concomitante da Pesquisa
IFPR	2021	Sim	Não mencionado.	Não	Não
IFC	2022	Sim	Não mencionado.	Não	Sim
IFSC	2015	Sim	Sim	Não	Não
IFRS	2023	Não	Sim	Sim	Não
IFFAR	2022	Sim	Sim	Sim	Não
IFSUL	2022	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: a autora (2025)

¹ Até a presente data de submissão, apenas os dados correspondentes ao ano base de 2022 estão disponíveis ao acesso público.

Além destes aspectos, em todas as instituições, a integração das atividades de Extensão à matriz curricular dos PPCs poderá se dar por meio de componentes curriculares específicos e não específicos de Extensão e/ou a combinação de ambos. Entretanto, no que se refere às modalidades de atividade de Extensão permitidas, o IFC e o IFPR preveem também Publicações Científicas como modalidade de registro de ações de curricularização. As demais instituições seguem a categorização proposta pela Resolução 07/2018: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços (Brasil, 2018).

A implementação da Curricularização da Extensão enfrenta desafios institucionais, culturais e operacionais significativos. Um dos principais refere-se à compreensão do conceito de extensão e seus desdobramentos práticos, dificuldade relacionada à trajetória histórica da extensão no Brasil, marcada por avanços e retrocessos no processo de institucionalização (Sousa, 2010; Garces et al., 2018; Imperatore, 2019).

A Extensão frequentemente ocupa posição secundária no tripé acadêmico, sendo percebida como função acessória ou desvinculada das demais dimensões acadêmicas. Esta percepção associa-se à hegemonia do modelo CAPES, que priorizou a expansão das atividades de pós-graduação e pesquisa, provocando desequilíbrio nas atividades do tripé ensino-pesquisa-extensão (Arienti, 2023). Outro desafio significativo é a resistência da comunidade acadêmica à alteração dos PPCs. Esta resistência é relevante considerando que a proposição da Curricularização ocorreu "de cima para baixo", enquanto sua implementação efetiva demanda movimento "de baixo para cima" (Arienti, 2023). A implementação em cursos sem tradição extensionista exige trabalho de base, incluindo mapeamento da realidade local, identificação de parceiros e demandas, e a construção desta cultura (Conif, 2020).

A Curricularização também implica mudança nas formas de ensino e aprendizagem. O modelo educacional centrado no professor e na transmissão unidirecional de conhecimento, caracterizado por Freire (2005) como "educação bancária", encontra na extensão um contraponto, exigindo relação dinâmica entre professor, estudante e sociedade.

Além dos desafios educacionais, existem obstáculos operacionais: restrições de infraestrutura, limitações dos ambientes virtuais e dificuldades de operacionalização via sistema acadêmico (Imperatore, 2019). Questões logísticas como deslocamento dos estudantes, despesas adicionais e conciliação entre atividades de extensão e disciplinas regulares representam desafios práticos significativos (Arienti, 2023). O financiamento das ações extensionistas constitui outro fator crítico, gerando inquietações sobre alocação de carga horária e diversificação de fontes de financiamento (Crocco e Oliveira, 2023). Os desafios operacionais exigem investimentos em infraestrutura, sistemas de informação e processos administrativos que facilitem a implementação, registro e avaliação das atividades curricularizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento da Curricularização da Extensão nos Institutos da região sul revela avanços significativos e desafios persistentes. A maioria das instituições demonstra estágio avançado de implementação, com quatro dos seis institutos apresentando entre 91% e 100% de seus PPCs curricularizados, evidenciando compromisso institucional com a integração da extensão aos currículos.

A disparidade entre as instituições, contudo, indica diferentes ritmos e abordagens na implementação deste processo, possivelmente relacionados a fatores institucionais específicos como estruturas administrativas, culturas organizacionais e prioridades estratégicas. Neste contexto, cita-se a heterogeneidade de instrumentos normativos adotados pelas instituições reflete a autonomia institucional na busca por soluções adequadas às suas realidades específicas.

O expressivo volume de ações de Extensão e o amplo público alcançado evidenciam seu potencial transformador como prática educativa e social. Percebe-se que, apesar dos desafios, estas instituições têm desenvolvido ações com significativo impacto social contribuindo na formação integral de seus estudantes. Por fim, pode-se afirmar que a Curricularização da Extensão nestes Institutos representa um processo em construção, cuja consolidação demanda compromisso contínuo com a valorização da extensão como dimensão formativa essencial, desenvolvimento de estratégias para superar obstáculos e promoção de cultura institucional que reconheça o potencial transformador do fazer extensionista.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, W. L. Desafios da curricularização da extensão universitária. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 18, n. 2, p. 45-58, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em: 29 maio 2025.

CONIF. Diretrizes para a curricularização da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: CONIF, 2020. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-curricularizacao-da-extensao---fde-e-forproext_aprovado_agosto_2020.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

CROCCO, F. L. T.; OLIVEIRA, A. L. Desafios da curricularização da extensão universitária. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 18, n. 2, p. 45-58, 2023.

FORPROEX. Censo da Extensão Universitária: ano base 2022. Belo Horizonte: RENEX, 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/censo-da-extensao-universitaria>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCES, S. B. B. et al. Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 17, n. 1, p. 23-36, 2018.

IMPERATORE, S. L. B. Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 19, n. 1, p. 12-25, 2019.

RODRIGUES, M. L.; NEUBERT, P. S. *Metodologia da pesquisa em educação*. Porto Alegre: Artmed, 2023.

SOUSA, A. L. L. *A história da extensão universitária*. 2. ed. Campinas: Alinea, 2010.